

Universidade Federal do Rio de Janeiro



UFRJ

Gidalva Santos Santana

**“Percepções, impactos e expectativas do curso de
Serviço Social ESS/ UFRJ/ PRONERA”**

Rio de Janeiro

2016

GIDALVA SANTOS SANTANA

**“Percepções, impactos e expectativas do curso de
Serviço Social ESS/ UFRJ/ PRONERA”**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Escola de Serviço
Social da Universidade Federal do Rio
de Janeiro, como parte dos requisitos
necessários à obtenção do grau de
bacharel em Serviço Social

Orientadora:

Profa.Dra.Miriam Krenzinger A Guindani

Banca Examinadora:

Profa Dra. Paula Kapp- ESS/UFF

Profa Dra. Glauca Lelis Alves- ESS/UFRJ

Profa Da.. Maristela Dal Moro - ESS/UFRJ

Rio de Janeiro, fevereiro de 2016.

Dedicatória

Dedico não só este trabalho, mas toda caminhada desses cinco anos, á minha Mãe Valdelice, que na simplicidade e força diária sempre mim mostrou que tudo é possível, até mesmo o que nunca nos foi permitido e sempre negado, a lição dessa grande e única Mulher é: Continuar a caminhada no amor ou na dor.

Á minha filha Oyhane Tekohã a quem devo uma resposta de dias melhores e caminhos menos dolorosos que os meus, o meu amor incondicional, o nosso amor eterno, esse que mim mantém viva, por nós duas.

Á minha irmã Linda, que sempre tive como referência de lutadora, e fé seja na abundancia ou nas mais profundas dificuldades, as quais passamos por inúmeras, mas sempre acreditou que dias melhores virão.

E ao meu amor Lucas Brito, que com a sua maior virtude chamada paciência sempre cuidou e mim esperou a cada começo e término de etapa, sempre com muito apreço e amor, nunca uma etapa foi diferente da outra, pois sabia que ia encontrar um ombro um colo, um amor.

Á minha irmã Ana Lucia Cotta, guerreira, inspiradora, minha referência de feminista e de intelectualidade e de uma beleza esplendorosa, por dentro e por fora.

Ao Erivan Hilário, a quem devo o começar dessa caminhada, sempre muito educado e solícito e um grande Camarada.

E em fim, a minha referência de Professora, Mãe, Avó Miriam Guindane, comprometida com a luta de classes, sem Ela esse trabalho não existiria, a ti devo o termino dessa caminhada.

Agradecimentos

A energia mais poderosa do mundo que eu chamo de amor, Deus, Deusas ao Universo sem esses impulsos não teria forças para a conclusão deste curso.

Os meus sinceros agradecimentos ao MST, sem essa organização jamais colocaria meus pés em uma Universidade, a Lia Fernandes uma irmã que reconheci durante o curso;

Aos professores da Escola de Serviço Social, aos trabalhadores do campus, as mulheres homens e crianças que tiveram suas vidas ceifadas pela ganancia do capitalismo.

RESUMO

Santana, Gidalva

Esta monografia é resultado de um estudo sobre as percepções impactos e expectativas da formação profissional da turma de Serviço Social ESS/UFRJ/PRONERA 2012. Pesquisa buscou mapear as mudanças ocorridas no âmbito político, ideológico e nas perspectivas de atuação profissional seja em suas organizações, instituições ou continuação na militância das bases dos movimentos sociais. O estudo destaca a importância do ingresso de filhos (as) de trabalhadores dentro de uma instituição elitizada. A metodologia da pesquisa que buscou realizar: a) revisão bibliográfica foi através de livros, pesquisas na internet, documentos do PRONERA obtidos por coordenadores da turma; levantamento feito através de um questionário de 19 perguntas abertas e fechadas, aplicado em sala de aula na turma do PRONERA 2012/ESS/UFRJ. Os resultados do estudo indicam que o ingresso e permanência da turma PRONERA ESS/UFRJ, foi desafiador enfrentando problemas de cunho político, afetivo, financeiro, gramaticais, mas que alguns foram superados durante o curso. Esse processo de formação foi decisivo para tomada de mudanças, sendo que a maioria da turma que pensava suas organizações de uma forma hoje pensa de outra, hoje esses querem ser profissional concomitante a militância, suas expectativas foram atendidas em relação ao conteúdo teórico e em relação à profissão, tendo juízo de que podem ser um profissional de cunho crítico político e que, para ser um lutador não precisa estar em um movimento social, pois existem várias formas de militância.

PALAVRAS-CHAVE: Formação profissional, Educação de trabalhadores do Campo

Lista de Abreviaturas e siglas

PRONERA- Programa Nacional de Educação na Reforma Agraria

MST- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

CONTAG- Confederação dos Trabalhadores na Agricultura

MLT- Movimento de Luta pela Terra

MLST- Movimento de Libertação dos Sem Terra

MTL- Movimento de Luta e Liberdade

CETA-BA- Movimento Estadual dos Trabalhadores Assentados Acampados e Quilombolas

PT- Partido dos Trabalhadores

MMC- Movimento de Mulheres Camponesas

MAB- Movimento dos Atingidos por Barragem

MPA- Movimento dos Pequenos Agricultores

CENAN- Centro de Acolhida Missionaria Assunção

CPT- Comissão Pastoral da Terra

LDB- Leis e Diretrizes de Base

INCRA- Instituto de Colonização e Reforma Agraria

ESS- Escola de Serviço Social

UFRJ- Universidade Federal do Rio de Janeiro

SESO- Serviço Social

ABESS- Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social

Sumario

Introdução	08
1. Alguns elementos que contribuíram para implantação do PRONERA no Curso de Serviço Social da UFRJ	10
1.1 Apresentação do PRONERA	10
1.2 PRONERA na ESS/ UFRJ	15
2. Minha trajetória do MST ao PRONERA da ESS	32
3. Percepções dos alunos da ESS sobre o impacto da formação	37
3.1 Considerações Metodológicas sobre o estudo exploratório	37
3.2 Resultados da pesquisa	39
Considerações finais	48
Referências	50

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa apresenta um olhar diferenciado acerca da formação profissional do Serviço Social especificamente sobre as demandas de mercado para o profissional sob a égide dos alunos da ESS no que cerne os impactos, perspectivas do Curso de Serviço Social/PRONERA em sua vida acadêmica e política, não apenas para seu setor de atuação, mas para toda sociedade civil.

A primeira turma de SESO- Serviço Social PRONERA- Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária na ESS- Escola de Serviço Social da UFRJ- Universidade Federal do Rio de Janeiro, deu início no ano de 2011 com 56 educandos hoje com 54 educandos, essa experiência foi perpassada por inúmeras dificuldades: financeiras, afetivas, políticas, ideológicas e etc.

Vale ressaltar que no caminhar dessa do curso, dificuldades foram superadas, por exemplo: no que diz respeito a formação política houve um avanço e um crescimento que se saltou aos olhos, superação na língua portuguesa, mudança no campo das ideias, aproximação entre estados e militantes e com a própria militância do CA- Centro Acadêmico, e o próprio desafiar-se cotidianamente, seja na Universidade ou nas áreas onde militamos, levando em conta a proposta pedagógica de regime de alternância, que é essa convivência e aprendizado teórico na Universidade, com o retorno para as nossas áreas de militância, moradia ou convívio social.

A importância de estarmos inseridos nesse contexto institucional Universidade pública e Militantes de Organizações foi desafiador e cheios de surpresas, pois a aceitação no próprio Campus foi sendo feita de forma gradativa primeiro com os trabalhadores do Campus, avaliando de forma atual já no término do curso não conseguimos quebrar essa barreira com os alunos da Universidade, nesse contexto cabem vários elementos: a carga

horaria, que era muito intensa, poucos momentos de inserção nas atividades junto ao CA, e a própria aceitação de sermos sem-terra, em um espaço elitizado e não construído para nós trabalhadores.

Assim sendo, temos como principal objetivo, proporcionar um questionamento mais aprofundado sobre a definição de seus conceitos e enfocando seus entraves na perspectiva de mudanças, bem como na visão do próprio ser humano formador sob o ponto de vista do PRONERA e seus entraves.

Os resultados dessa pesquisa quanti-qualitativa, foi aplicada na sala de aula, através de um questionário com perguntas abertas e fechadas aos alunos da 1º turma de Serviço Social PRONERA da UFRJ.

Este trabalho está estruturado em 3 capítulos.

No primeiro capítulo discorreremos sobre o PRONERA, como surgiu, qual seu embasamento teórico, como objetivo de compreender de que forma se deu a história do curso, bem como esclarecer as perspectivas de interpretação, dos autores, que estudaram sobre o assunto, explicando as diversas visões sobre o desempenho desta temática, no que tange o surgimento da 1º Turma de Serviço Social na ESS da UFRJ.

No segundo capítulo, falaremos de forma mais específica sobre a influência do PRONERA, na minha formação política, incidindo na formação profissional, expondo com veemência os embates contemporâneos, sendo esses embates importantes para tomadas de decisões no âmbito pessoal e político.

No capítulo 3, destacaremos as percepções da 1º turma de Serviço Social na UFRJ, e seus impactos na formação. Os dados revelam que para a maioria destes significou uma nova porta de esperança, para outros conflitos internos e descobertas ideológicas até então nunca acordadas, diante de um conteúdo teórico que atendeu as perspectivas da grande maioria desta turma.

1. ALGUNS ELEMENTOS QUE CONTRIBUÍRAM PARA IMPLANTAÇÃO DO PRONERA NO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UFRJ

1.1 Apresentação do PRONERA

O PRONERA- Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, vinculado ao INCRA- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, desde seu nascimento vem garantindo o acesso e a permanência à escolarização de milhares de jovens e adultos, que trabalham e estão assentados nas áreas de reforma agrária que outrora não tinham acesso a escolarização e, tampouco a continuidade de estudos em seus diversos níveis. Sua concepção e criação decorrem de muitas lutas, principalmente na metade dos anos de 1990, quando o MST (Movimento dos Sem Terra), seguia com as grandes ocupações em massa, formando acampamentos por todo o Brasil, essa ascensão fez com que outros movimentos sociais e sindicais adotassem a mesma forma de lutas, foram eles: Contag (Confederação dos Trabalhadores na Agricultura) e promoveu o surgimento de movimentos de luta pela terra de diversos tamanhos e abrangências por todo o país, como o MLT (Movimento de Luta pela Terra), o MLST (Movimento de Libertação dos Sem Terra), o MTL (Movimento Terra, Trabalho e Liberdade), o CETA – Bahia (Movimento Estadual de Trabalhadores Assentados, Acampados e Quilombolas) etc. Esta ocasião também foi caracterizado pela repercussão da opinião pública dos massacres de sem-terra ocorridos em Corumbiara (RO), em 1995, e em Eldorado do Carajás (PA), em 1996, que produziram grande abalo à visibilidade notória do MST, já estruturado e organizado nacionalmente, que protagonizou uma Marcha a Brasília em 1997, recebida por cerca de 100 mil pessoas no dia 17 de abril na Esplanada do Ministério.

É neste espaço de resistência campesina, que o PRONERA foi embrionado e nasceu em 1997 no **Encontro Nacional dos Educadores da Reforma Agrária**, evento que comemorava os 13 anos do Setor de

Educação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e que foi palco para a avaliação dos resultados alcançados pela escolarização até então implementadas. Uma observação importante neste encontro, foi que havia a participação de inúmeras universidades que voltavam sua atenção para o tema da Educação na Reforma Agrária. Todavia, o que saltou aos olhos foi que faltava uma ligação entre essas instituições e que, mais do que nunca havia a necessidade de criação de uma frente unificada para alavancar os níveis de escolarização nos assentamentos, já que, os índices publicados pelo **Censo Nacional da Reforma Agrária**, em 1996 eram baixíssimos.

Deste contexto, é que surge as primeiras manifestações que culminaram no surgimento do Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária (PRONERA). Após um período de intensas discussões e negociações tensas, em 1998 no mês de abril, através da Portaria nº 10/98 foi instituído o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, através de portaria do Ministério Extraordinário da Política Fundiária.

Como era de se esperar houve importante contribuição dos Movimentos através de suas experiências, que concerniam especificamente aos seus princípios formativos, o que garantiam boas bases a fundamentação das bases do PRONERA. Neste sentido, lê-se:

Durante todo o processo de seu desenvolvimento, o PRONERA contou com a experiência e com os princípios formativos dos Movimentos, sendo marcante as contribuições destes para o êxito do Programa. Faz-se necessário este destaque pelo fato de enfrentar-se, em sua fase atual, uma ostensiva ação, por parte de determinados setores sociais, de deslegitimação da presença e da participação dos Movimentos Sociais e Sindicais do campo na construção do PRONERA. Foi esta participação que permitiu ao Programa acolher uma rica diversidade de práticas e contribuir para o avanço e a expansão da Educação do Campo no Brasil. (MOLINA; JESUS, 2003. p. 30).

Nesse contexto destaca-se o papel fundamental da Escola Florestan Fernandes que foi construída em 2000 graças ao trabalho voluntário de 1.115 militantes dos movimentos sociais brasileiros. O projeto conceitual e arquitetônico das cinco edificações que compõem o campus da escola é de autoria da arquiteta Lilian Avivia Lubochinski. Todos os trabalhadores do MST que ajudaram a construí-la passaram por cursos de alfabetização e supletivos ao longo da obra. Organizados em brigadas, esses trabalhadores ficavam cerca de 60 dias trabalhando na construção da Escola. Em seguida, voltavam para seus Estados, sendo substituídos por nova brigada. Ao retornar a seus locais de origem, puderam utilizar os ensinamentos obtidos na Escola para melhorar a qualidade dos seus assentamentos e acampamentos. A criação da ENFF ampliou a relação entre as universidades e os movimentos sociais e o acesso à educação de qualidade passou a fazer parte da agenda de luta dos movimentos sociais, principalmente do MST. Nesse sentido a ENFF tem papel fundamental na criação do PRONERA.

Foi esse cenário que possibilitou que em 2010 no dia 04 de novembro o então Presidente da República Luís Inácio Lula da Silva assinasse o decreto de nº 7.352/10 como política pública ou política de Estado.

Esse decreto foi assinado num IV seminário do PRONERA em Brasília, era também uma afirmação de compromisso do Presidente, pois os mesmos movimentos na época apoiavam o PT- Partido dos Trabalhadores. Esses movimentos eram vinculados a Via Campesina como: MMC- Movimento de Mulheres Camponesas, MAB- Movimento dos Atingidos por Barragem, MPA- Movimento dos Pequenos Agricultores, CPT- Comissão Pastoral da Terra, e os movimentos sindicais e professores universitários vinculados ao PRONERA em diferentes Estados.

Nesses mais de quinze anos de existência, o PRONERA não só vem assegurando o direito a educação de jovens e adultos como tem propiciando

uma reparação histórica aos adultos que no passado foram aleijados dos seus direitos a educação formal, por conta da inexistência de políticas públicas voltadas para a educação do campo. Neste sentido lê-se:

Assim, mais que acesso à educação, o PRONERA vem buscando assegurar uma ampliação de direitos juntamente com o direito à terra, ao território, à produção e à vida; representa para os movimentos sociais e sindicais do campo um instrumento de luta para buscar melhores condições de vida no campo, e a educação contribui material e imaterialmente para o alcance deste objetivo. (IPEA, 2015, p. 09).

A partir disso, desde seu surgimento o Programa já efetivou projetos voltados para a educação em seus diversos níveis desde a educação básica, ao ensino médio, o ensino técnico profissionalizante até cursos de nível superior em diversas áreas como também de cursos de Pós-Graduação. Nesta perspectiva, o objetivo maior do projeto tem sido alcançado que é o de promover o fortalecimento da educação nas áreas de reforma agrária, com a coordenação, o desenvolvimento, a criação e, sobretudo, estimulando ações que permita aos participantes desses projetos a melhoria de suas comunidades. Estas propostas estão, portanto, visando criar uma ponte entre duas esferas do conhecimento que estão separadas historicamente, a saber, o mundo rural e o acadêmico.

Extrapolando a intenção de apenas garantir o acesso à educação o PRONERA vem garantindo e procura garantir cada vez mais a abrangência dos direitos a produção e à vida, concomitantemente, ao direito à terra. Além de que o Programa tem representado para os Movimentos Sociais e Sindicatos uma importante ferramenta para a melhoria da vida do campo quer seja no aspecto material como imaterial. Neste sentido:

Seus beneficiários são jovens e adultos que, a partir de sua inserção no programa, reconhecem-se como sujeitos de direitos; como sujeitos capazes de construir suas identidades de povo camponês e produzir, no cotidiano dos assentamentos e acampamentos da reforma agrária,

alternativas de transformação e enfrentamento ao modelo agrícola dominante, que expulsa crescentemente os povos do campo do seu território. O PRONERA é um instrumento de resistência que, através da educação, da escolarização e da formação, constitui sujeitos coletivos conscientes de seu papel histórico e social. (IPEA, 2015, p. 09).

O PRONERA tem sido uma ferramenta de fundamental importância para a classe trabalhadora, na alfabetização de jovens e adultos dentro das áreas de assentamentos e acampamentos, no preparo dos educadores no meio rural e na formação médio, técnico profissional e superior dos jovens do campo.

Desse modo, o PRONERA apresenta-se como uma política de caráter dinâmico que por sua própria natureza multifacetada vem abraçando diversos segmentos da sociedade como os Movimentos Sociais, Sindicatos voltados a lutas da terra, bem como, Instituições estaduais e federais, com a proposta maior de trazer melhores condições à vida no campo, pois elegendo a educação como impulso, vem cada vez mais propiciando não só a sobrevivência e dignidade, mas garantindo o direito à vida, respeitando a história daqueles que derramaram seu sangue sobre a terra em busca de dias melhores e nutrindo os sonhos daqueles que hoje carregam consigo o legado de luta pela terra.

As discussões voltadas para a educação no Brasil sempre tiveram seus holofotes voltados, sobretudo, para erradicação do analfabetismo. Sendo a educação de jovens adultos um ponto que mereceu bastante atenção especialmente em relação a população de norte e nordeste que vivem na zona rural. Houve durante muitos anos um contexto de exclusão social, necessitando de intervenções imediatas do Governo para a mudança deste quadro, e assegurar o direito universal de educação a população brasileira.

É neste sentido que políticas públicas são implementadas a fim de que atendam a esta grande fatia da população que anseia por dignidade,

surge como solução a esta necessidade projetos com o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). No entanto, antes de nos debruçarmos sobre esta emblemática tão cara aqui em nossa investigação, vamos descrever em breves linhas o contexto histórico ao qual surgiu este programa de suma importância para as políticas públicas voltadas para a educação de jovens e adultos no campo, em especial aos assentados.

Como ponto de referência para as mudanças nas conjunturas legais temos a Constituição de 1988 que como foi supracitado, traz a garantia de universalização da educação aos brasileiros. Embora contenha uma reflexão implícita neoliberal, a promulgação deste documento deu abertura a importantes mudanças para a educação brasileira, como a criação e normatização da LDB (Lei 9394/96).

Ao propor uma análise do programa PRONERA e ao que concerne ao apoio fornecido a sua sustentação torna-se imprescindível tratar da luta pela Reforma Agrária frente às iniciativas e interesses do agronegócio. Pois, a luta surge contra a hegemonia deste modelo massacrante do agronegócio no Brasil, neste contexto a reação surge através do fortalecimento dos Movimentos sociais e Sindicais que no decorrer de décadas buscam organizar-se para garantir sua sobrevivência e reprodução social por meio do trabalho na terra. É nesse contexto de escalada por garantias do direito de acessar o conhecimento assim como a escolarização desta fatia da população que estratégias surgem como resistência, a saber Educação do Campo e o PRONERA.

Quando pensamos e falamos em Educação do Campo, temos que ter em mente que a definição deste conceito é precedida por uma análise que diz respeito a um tripé que sustem mesmo. Neste sentido, segundo Caldart (2008) as definições de Campo – Política Pública – Educação. Manter a unidade que liga esses termos é própria garantia de respeito ao fundamento das condições próprias para sua manutenção e reprodução social uma vez que nestas condições estão assentados o próprio direito à educação.

Entendemos, portanto o PRONERA como uma iniciativa em educação “contra-hegemonia”. Neste sentido, nossa argumentação se inclinará a trazer a tona como contribui as práticas implementadas nos diversos cursos do Programa ao de sua criação, ora a intenção maior e demonstrar como se dá a contribuição do desta iniciativa para a visão de um projeto de campo e sociedade no Brasil.

[...] a possibilidade de produção de contra-hegemonia como uma espécie de hegemonia alternativa, na qual o grupo subalterno atua no plano ético-político, num espaço social amplo e heterogêneo. Neste Movimento, considera fundamental a dimensão da cultura e da educação, permitindo que a classe trabalhadora adquira a capacidade de produzir uma mudança social radical pelo poder transformador das ideias, a elaboração e difusão na sociedade de uma nova filosofia e visão de mundo, elaborando a crítica à barbárie da sociedade do capital. (MOLINA; JESUS, 2003. p. 31-32).

Para tanto, o conceito de hegemonia tem haver com a formação contínua e superação da instabilidade que é encontrada entre os grupos fundamentais e subordinados. De modo que haja o estabelecimento dos direitos universais no âmbito legal por ordem jurídica de hegemonia a classe trabalhadora, este deve constar como um movimento que incide no desequilíbrio que existe entre os interesses de classe.

A luta por políticas públicas está imiscuída na própria luta contra a hegemonia nas diferentes esferas sócias que se apresentam de forma alternada ou simultânea e estão presentes na esfera do Estado. Neste sentido, fica claro que os projetos sociais desenvolvidos pelos Movimentos Sociais atingem diretamente a própria estrutura do Estado Capitalista, este concebido como uma entidade intrínseca na qual existe uma relação social que é fruto de uma convergência das relações que forças entre uma determinada classe e outras classes fracionadas que tem sua expressão específica no interior do próprio estado. De modo que as políticas adotadas no Estado estão diretamente relacionadas ao seu funcionamento e intimamente ligadas às cisões e contradições internas que existe no seu interior.

Para além de sua compreensão como bloco monolítico, “aparelho repressor da classe dominante”, homogêneo, compreende-se o Estado como um território em disputa, heterogêneo, campo de conflito e contradições. É sabido que na sociedade capitalista, com a hegemonia da classe burguesa, o Estado está majoritariamente apropriado para garantir a reprodução do capital. Apesar disso, faz-se necessária a disputa do Estado, na perspectiva de barrar a transformação de direitos duramente conquistados na luta das classes trabalhadoras, em mercadoria. (MOLINA; JESUS, 2003. p. 31-32).

O PRONERA, portanto, vendo garantindo as condições necessárias quando falamos em disputar as “fissuras” do Estado é seguir trabalhando com o intuito de politizar os debates, fazer vigorar uma defesa a favor de políticas públicas voltadas a Educação do Campo, a fim de propiciar uma inserção de sua legitimação política, almejando desenvolver um enfrentamento em defesa das questões do campo assim como seu desenvolvimento, como imiscuído no próprio desenvolvimento do país.

Quando em acumular forças com vistas ao alcance legítimo da transformação social de maneira abrangente, temos que ter em vista que os diferentes conflitos sócias e a famigerada luta de classes estão interligados também aos aparelhos do Estado, pois compreender que a garantia da permanência em espaços políticos em seu próprio interior torna-se tão primordial quanto a garantia da democratização dos mesmos. Já que, a própria admissão das mudanças sociais acontece de forma gradativa, pois, a ascensão e tomada de poder por uma nova classe de ser seguida de um intenso processo de mudança social civil, nos âmbitos moral e ético.

Quando mencionamos acima a contribuição do PRONERA quando se trata de um projeto de campo temos a princípio a construção de um espaço que possibilite a efetivação das práticas educativas que promovem a discussão em torno das mudanças que se tornam imprescindíveis para o meio rural através das propostas de Soberania Alimentar, Agroecologia e a mais discutida ao longo dos anos Reforma Agrária.

Neste sentido, sendo Programa advindo dos Movimentos Sociais e Sindicatos do campo, traz uma tendência natural de manter-se em pauta e contribuir na agenda das discussões políticas no Brasil, sempre com estandarte que voltado para a necessidade de promover a efetividade da Reforma Agrária buscando viabilizar condições culturais, econômicas, políticas e sociais nas áreas já reformadas.

Esta ação traduz-se pela linha de projetos educativos propostos pelos Movimentos Sociais e Sindicais ao Programa e acolhidos por sua Comissão Pedagógica Nacional. Um dos principais horizontes do PRONERA foi o de preocupar-se em garantir que a oferta de seus cursos fosse um dos elementos capazes de contribuir com a promoção do desenvolvimento dos assentamentos, com a mudança das condições de vida de seus educandos. Parte maior deste desafio é a compreensão de que esta contribuição só se efetiva à medida que os cursos promovam também a ampliação da consciência e da prática dos educadores e educandos dos cursos vinculados ao Programa, na perspectiva da transformação do modelo hegemônico de desenvolvimento do campo vigente no Brasil. (MOLINA; JESUS, 2003. p. 33-34).

Vale ressaltar que característica mais importante de distinção do modelo hegemônico vigente da proposta de agricultura camponesa é o como é tratado a produção de alimentos como um negócio. Pois, existe e se propaga pelo mundo uma lógica da agricultura entendida como negócio que é por sinal responsável pela tão discutida nos dias de hoje crise alimentar. Como solução apontada pelos diversos movimentos seria modificar em sua estrutura as atividades no campo prescindida é claro por uma intensa Reforma Agrária.

Segundo Marcel Mazoyer (2010) a “financeirização” da agricultura tem impedido a agricultura familiar por bloqueá-la e que esta se desenvolva em escala mundial causando por sua vez empobrecimento generalizado, a subalimentação que tem levado a bancarrota milhões de camponeses

resultando em mazelas sociais como desemprego e extrema pobreza, e a migração.

É nesse contexto marcadamente marcado por essas contradições que encontram lugar o processo formativo dos cursos que tem o apoio do PRONERA. Integrante da proposta de Educação do Campo, Programa não poderia se omitir frente aqueles que se engajem em suas propostas ou buscam trabalhar em seu nome, e fica evidente que quem assume este posicionamento sabe que a práxis envolve comprometimento teórico, posicionamento político e prática mediante as contradições. Neste sentido, fica claro que,

Os desafios para o planejamento e a execução de uma ação crítica têm sido eixos estratégicos orientadores dos processos formativos buscados nos cursos protagonizados e pelos Movimentos, em parceria com as instituições que os executam, apoiados pelo Programa: Reforma Agrária, Agroecologia e Soberania Alimentar são dimensões centrais das reflexões e práticas por eles conduzidas. (MOLINA; JESUS, 2003. p. 35).

Neste ponto, a participação do PRONERA tem sido importante por tornar viável o acesso à educação formal de milhares de jovens e adultos que vivem nas áreas de Reforma Agrária, e nesse processo a Pedagogia da Alternância que são dois tempos que se alternam na tarefa de dar conta da totalidade das finalidades dos cursos. Não deve, portanto, haver demasiada valorização de um em detrimento do outro, ambos cumprem função específica, fazem parte de um todo articulado que é o curso. Para nós educadores em alguma medida tratamos o tempo comunidade como o momento do cumprimento de tarefa de casa (pensando em um sentido estrito da palavra), destinamos um monte de tarefas que não dialogam entre si, com isso, acabamos reforçando que o conhecimento é algo um tanto distante da vida, fragmentado.

Tempo Comunidade (TC) e Tempo Escola (TE) constituem-se uma forma de organização de trabalho pedagógico que integra o processo de

escolarização de jovens e adultos do campo e foi construída com a finalidade de poder atender uma demanda objetiva que é trazer estudantes de distintos lugares (com o caso do curso de Serviço Social) sem ter que *desenraizá-los* do seu trabalho, da sua cultura, do seu território e, principalmente, dos processos de inserção no movimento social do campo.

Com isso, o TC e TE diz respeito a um jeito específico de pensar os processos educativos do curso, trata-se de uma intencionalidade que tem em sua dinâmica tempos e espaços diferentes, com atividades direcionadas, articuladas pelos educadores, coordenação do curso, estudantes e seus respectivos movimentos sociais como prática advinda dos Movimentos garante que haja diferentes tempos e espaços. O PRONERA neste aspecto tornou-se uma excelente estratégia de democratização do acesso a educação formal em diferentes níveis e áreas do conhecimento dos trabalhadores das áreas de Reforma Agrária no Brasil.

O PRONERA tem contribuído para a Educação no Campo de forma efetiva e seus resultados ficam evidenciados através dos crescentes números da escolarização dos trabalhadores rurais, desde sua criação já passa de 400 mil o número de trabalhadores escolarizados nos níveis da alfabetização, ensino fundamental, ensino médio, cursos técnicos profissionalizantes além de cursos superiores em mais de 60 universidades conveniadas.

O Programa como foi supracitado ampliou os níveis de escolarização e as parcerias se deram com universidades públicas em diferentes áreas do conhecimento, os quais foram direcionados ao desenvolvimento e assistência das famílias assentadas. Entre áreas as prioridades foram aquelas ligadas a produção que viria a provocar mudanças nos processos tecnológicos de produção como na Agroecologia, Administração de cooperativas a formação de educadores do campo foi privilegiada através do Magistério e Pedagogia da Terra entre tantos outros e conforme surgia a necessidade foram ampliadas as diferentes propostas de cursos até chegar os dias de hoje que contam com os seguintes cursos: Licenciatura em

Educação do Campo, Ciências Agrárias, Artes, Direito, Serviço Social, Letras, Direito, Enfermagem, Medicina Veterinária, Geografia. E além das graduações o Programa ainda conta com cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* em diferentes áreas de concentração.

O Programa ampliou significativamente os espaços para formar propiciar a participação de sujeitos que foram capacitados para colaborar nos processos de mudanças importantíssimos para projetos voltados à melhora do meio rural no Brasil, entre esses indivíduos destacamos a atuação das mulheres e dos jovens. Foi intensificado a inclusão da mulher nos processos de escolarização, o que determinou uma maior participação da mulher em suas comunidades, no que tange a participação em assembleias e reuniões em suas associações. Uma vez capacitadas com o conhecimento científico elas ocuparam o seu espaço nas tomadas de decisões, além de aumentarem sua capacidade de decisão conquista de autonomia.

Em relação aos jovens, estes experimentam presenciam hoje um desequilíbrio do mercado na relação produto e consumo, o que acarreta que a produção familiar na maioria das vezes não é capaz de dar conta do consumo. Os jovens diante deste quadro sentem-se desmotivados pelo trabalho familiar por ficarem frustrados por renda muitas vezes não serem capaz de atender as demandas de um modo de vida mais urbanizada e integrada mediante a cultura da globalização. Neste sentido:

Os cursos desenvolvidos pelo PRONERA, em parceria com os Movimentos Sociais e Sindicais do campo, ao adotar pedagogias atentas à subjetividade destes educandos, podem contribuir para a ressignificação das experiências socioculturais desses jovens, forjadas no trânsito campo-cidade-campo, entendendo a singularidade dentro das identidades coletivas construídas na luta pela terra e pela educação. (MOLINA; JESUS, 2003. p. 39).

Desse modo, a atenção a juventude camponesa tem se mostrado um ponto forte do Programa já que as reflexões sobre os cursos específicos voltados para os jovens têm se mostrado importante fator para integrar as estratégias de transformação social elaboradas tanto pelos jovens quanto por educadores num espaço de fecundo debate.

Os resultados positivos são decorrentes, sobretudo, das políticas públicas que garantem a permanência dos jovens nos processos educativos no concernente aos diversos níveis de escolarização que são propostos pelo PRONERA.

Ainda que com muitas dificuldades, o assentamento, em relação à situação anterior desses jovens e suas famílias, amplia a garantia do acesso à geração de renda, à produção de alimentos não só para o autoconsumo mas também para os mercados próximos, a diversificação das pautas produtivas destas localidades, ampliando as perspectivas de futuro para esses jovens trabalhadores. (MOLINA; JESUS, 2003. p. 40).

Além de todos esses avanços o PRONERA ainda cumpre uma função importante no sentido de elaboração de políticas públicas, e nesse processo cumpre sublinhar mais uma vez a importantíssima atuação da luta dos Movimentos Sociais e Sindicais que se preocupam em que sejam executados até o término os convênios e que os ofertados cursos também sejam disponibilizados aos trabalhadores do campo, para tanto, a capacidade crítica e a noção dos direitos a educação são coisas postas em pautas nos encontros. Neste sentido,

A ação do PRONERA é provocadora de conflitos no sentido de instituição de novos espaços de disputa, de democratização da interlocução entre diferentes atores sociais. Analisados em conjunto, os processos e resultados desencadeados e produzidos pelos cursos nos diferentes níveis de formação executados, em função das estratégias adotadas para tal, desencadeiam também um processo de alargamento da esfera pública, abrindo caminho para novas transformações a serem trilhadas e

consolidadas no âmbito da garantia real desses direitos. (MOLINA; JESUS, 2003. p. 41).

Esses diferentes pontos de debate que são estabelecidos, mediante as parecerias, quer seja nos cursos nas universidades, ou eventos, tem propiciado instâncias de negociações, abertura ao diálogo com as Superintendências do INCRA- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, garantia de voz aos movimentos parceiros, estabelecimento de posicionamentos, em suma, é um espaço fecundo para as discussões pertinentes a Reforma Agrária e suas demandas.

Neste contexto, merece desta as discussões estabelecidas pelo grito da Terra, que teve seu lugar na Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), nas quais as diferentes demandas incluindo as pertinentes da Educação na Reforma Agrária, Educação do Campo entre outras. Já com a Jornada de Lutas específicas do MST, de julho de 2009 foi mostrada uma intensa e progressiva mudança já que com o título Em Defesa da Educação Pública e do PRONERA, este evento alcançou dimensões nacionais ao atingir 16 estados no Brasil.

No tangente aos marcos legais o PRONERA promoveu significativas contribuições, já que suas práticas fortaleceram o alcance de legislação que garanta o direito à educação aos povos do campo, para tanto:

As práticas desenvolvidas pelo PRONERA foram importantes contribuições para o avanço da legislação educacional, como, por exemplo, a conquista das Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo e do Decreto 7.352/2010, porém, por si, insuficientes. É necessário forte trabalho da sociedade civil organizada, e também do Ministério Público, para pressionar os responsáveis do Poder Executivo, nas diferentes instâncias, a garantir a oferta da educação escolar para materializar este direito aos camponeses. Fazer cumprir a legislação conquistada exige continuidade da organização dos sujeitos coletivos do campo; pressão sobre os órgãos responsáveis; ampliação do imaginário da

sociedade sobre a centralidade do desenvolvimento do território rural e da garantia dos direitos aos seus moradores, para efetiva promoção da igualdade e da justiça social no País. (MOLINA; JESUS, 2003. p. 41).

Desse modo, mais uma vez acentuamos a importante atuação do PRONERA em várias esferas de discussão social, pois a abrangência dos debates e as políticas públicas voltadas para as implementações de ações voltadas para à educação no campo, favorecem também para a instrução da sociedade como todo, já que chama a atenção para questões econômicas, sociais que interferem na vida de todos e todas, além de mostrar que as lutas do campo são legítimas, fruto de Movimentos que buscam cada vez mais uma reparação histórica e a garantia de direitos, e não a concessão de privilégios como muitos ainda pensam.

1.2 PRONERA NA ESS UFRJ

Os trabalhadores rurais através de suas organizações vêm lutando em busca de direitos sociais via políticas públicas, por conta disso a reforma agrária por si só não garante o acesso à educação, que tem sido uma bandeira de luta da reforma agrária, garantindo assim ensino em todos os níveis como: educação básica, médio e fundamental e mais a educação superior e os cursos técnicos para que esses profissionais possam permanecer na terra, garantido assim dentro de cada formação assistência ao meio onde vive e sua própria sobrevivência dentro da área.

É nesse contexto e dentro dessa realidade que a ESS, e o Núcleo de Estudos em Políticas Públicas em Direitos Humanos, inicia em 2004 uma parceria com o MST. Primeiro o curso Teorias Sociais e Produção de Conhecimento, e em 2006 a ESS, iniciou a experiência de estágio e extensão com o MST, no total de 100 alunos do curso de Seso, realizam estágios em áreas de assentamentos localizados na zona norte do Rio de Janeiro. A partir dessa caminhada foi pensado a proposta do ingresso da

primeira turma especial de assentados da reforma agrária para o curso de Seso, como prioridade e demanda dos próprios movimentos sociais.

A pedagogia da alternância foi adotada pelo curso, mas garantindo toda carga horária exigida pelo currículo vigente na ESS/ UFRJ, explicitado entre disciplinas, núcleos temáticos, extras curriculares, estágios de 120 horas e o tcc para a conclusão do curso.

Os objetivos do curso de Seso, ESS/ UFRJ/ PRONERA, de ajuste com o projeto pedagógico é formar profissional capaz de promover alternativas, medir prioridades, apreciar as implicações das soluções escolhidas, está capacitado, para compreender as “questões sociais”, do ponto de vista teórico, político e técnico e ser motivado em intervir, se posicionar, executar e monitorar políticas públicas, programas. Realizar acessórias, treinamentos e gerenciamento de recursos favorecendo assim a população o acesso aos direitos sociais. Poderá exercer suas habilidades profissionais em instituições públicas, ou privadas e aos movimentos sociais. Para tanto, deve estar comprometido na criticidade e capacidade de intervir nas mudanças da sociedade. Espera-se assim, que se torne um bacharel munido de conhecimento, para dar respostas as complexidades que se estabelecem no mundo atual, sendo capaz de responder as particularidades dentro da totalidade de cada indivíduo, apresentando assim propostas diferentes e coerentes no campo de trabalho.

Vale ressaltar que todos os 60 alunos do PRONERA passaram pelo programa de seleção de vestibular por parte da comissão de vestibular da UFRJ. Os perfis dos estudantes eram assentados (a), filhos (a) de assentados, militantes comprometidos com a luta, atuando em cada setor seja: formação, educação ou organizando as áreas.

Na noite de abertura do curso que foi no dia 15 de março de 2011 o Professor José Paulo Netto, resumiu toda a história do Seso e ressaltou a conquista desse espaço para uma pequena fração de trabalhadores, e através de uma pergunta: “Mas como é possível uma profissão com

surgimento intrinsecamente burguês, esteja inaugurando uma turma de Seso para assentados da reforma agrária? Zé Paulo responde: luta de classes, profissão do Seso atuando em sintonia com os interesses dos trabalhadores do Brasil.

Perfil da Turma - Características:

Os estudantes deveriam ser assentados e assentadas de áreas de reforma agrária que tivessem efetiva participação na vida da comunidade, engajamento nos movimentos sociais e que contribuíssem nos processos de educação, formação e organização dos assentamentos rurais.

Foram inscritos ao todo 70 pessoas, participando apenas 45 pessoas da I fase do vestibular; abrindo um edital para realização da II fase do vestibular, para completar as 60 vagas. Não completando, fez-se a III chamada conseguindo compor as 60 vagas. Tendo a participação dos seguintes Movimentos: Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento de Mulheres Camponesa (MMC) e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). E os Estados: BA, AL, PE, RN, CE, PA, GO, MT, MS, RO, ES, MG, SP, RJ, PR, SC E RS.

ESTRUTURA ORGANIZATIVA E ORGANICIDADE DO PROCESSO DA TURMA- Carlos Nelson Coutinho.

A Turma do PRONERA/SESO tinha uma organicidade própria o que quer dizer coletividade em movimento, relação entre as diversas partes do todo e entre as tarefas e seus objetivos. Ela se refere à participação de todas as pessoas envolvidas no processo, de forma ativa, responsável e consciente. Tem a ver com a necessidade e capacidade de elevarmos, de forma permanente, o nível de consciência e de conhecimento de todos envolvidos. Diz respeito à forma como foram organizadas as instâncias de coordenação e direção, dos núcleos de base, das equipes, que através de suas ações, que deram vida às estruturas criadas. Para nossa organização implicou na vivência dos valores humanistas e socialistas (estudo, companheirismo, solidariedade, espírito de sacrifício, trabalho voluntário...),

e dos princípios organizativos (planejamento, divisão de tarefas e responsabilidades, direção coletiva, avaliação, crítica e autocrítica, etc.), aspectos chave para o avanço do processo orgânico e do processo formativo que ele expressa e produz. (Do PPP da ENFF)

Estrutura organizativa proposta da ESS

Núcleos de Base (NB)

O núcleo era a instância de base da turma e da Organização, onde todos participaram. Foram cinco núcleos, onde cada NB tinha um/a coordenador/a, um/a secretário/a bem como o nome do NB, como parte da mística vivenciada na coletividade. Os Núcleos eram responsáveis, em forma de rodízio, pela coordenação do tempo formatura/mística e o tempo aula.

Coordenação da turma

Eram compostas pelos coordenadores/as escolhidos nos núcleos de base. Sendo que para escolha dos mesmos, foram considerados os critérios de escolha da coordenação de instâncias do MST, que eram: confiança política e ideológica; capacidade política e organizativa; garantir a participação de um homem e uma mulher; representatividade de base e principalmente da militância (para evitar populismo); valores: companheirismo, ética, postura, moral, cuidado.

CPP

Foi composta pelos companheiros/as indicados pela Escola Nacional Florestan Fernandes que faziam o curso, como também membros da CPP da ENFF que tinham como tarefa contribuir no acompanhamento político-pedagógico ao processo da turma.

Equipes de Trabalho

A proposta em geral para as etapas foram as seguintes equipes de trabalho:

- Infra-estrutura: tarefa principal foi de fazer a mediação com o espaço em que a turma está alojada, para garantir um atendimento adequado às necessidades da Turma e resolver questões gerais de infra-estrutura e alimentação.

Comissão de Ética: teve a finalidade de garantir os princípios de convivência no cumprimento de tempos e horários, respeitando as decisões tomadas e a

coerência com os princípios e valores dos Movimentos Sociais!

Secretaria-Memória: desenvolveu a tarefa de apoio à secretaria do curso e de recepção e atendimento aos educadores em relação a materiais, cópias, equipamentos. Trabalharam em sintonia com a secretaria do curso pela Universidade. Ainda foi de competência: recolher e organizar todos os documentos, textos e produções da etapa, a partir de orientação da coordenação do Curso, garantiram um texto da memória dos principais acontecimentos deste Tempo Escola.

Saúde: tarefa foi de organizarem e coordenarem o atendimento à saúde na Turma tendo kit's de primeiros socorros e informações de como encaminharam os casos mais graves a unidades de saúde/hospitais, realizaram orientações educativas sobre cuidado com a saúde.

Cultura-Mística: organizaram, e realizaram as atividades culturais durante a etapa, assessoram os NB's nos seus momentos de místicas e em outros momentos de seminários e atos importantes durante a etapa, centralizaram/organizaram os materiais, símbolos que foram utilizados nestes momentos. Organizaram os agradecimentos.

Comunicação: garantiram o fluxo das informações de funcionamento interno da Turma e do Curso, organizaram murais e outras formas de comunicação; estabeleceram uma relação da Turma com o todo da sociedade e da Universidade;

Esporte e lazer: planejaram e coordenaram as atividades físicas durante a etapa. Programaram atividades esportivas diversificadas no final de semana.

Tempos Educativos

A organização de tempos educativos visava contribuir no processo de organização e auto-organização dos educandos/das educandas. Era um exercício de aprender a organizar o tempo pessoal e o tempo coletivo em relação às tarefas necessárias aos objetivos do processo formativo pretendido e às metas de aprendizagem da etapa. Para esta etapa de curso os tempos educativos indicados forma os seguintes, com sua respectiva distribuição diária ou semanal e conforme quadro de horários colocados na sequência:

Mística: (entre 10 e 15min) tempo diário onde vivenciamos os valores, o cultivo dos símbolos de luta, que motivavam as atividades, verificando a presença de todos os integrantes da turma (conferência via núcleos de base), comunicou os avisos/informes.

Aulas/Leitura orientada: (7 a 8h) tempo diário (exceto aos sábados e domingos) eram destinados ao estudo, sob a orientação docente, dos componentes curriculares previstos no projeto político-pedagógico do curso, conforme cronograma do Tempo Escola e Projeto Metodológico (PROMET) da etapa. Cada componente curricular incluiu nesta carga horária as respectivas atividades de leitura orientada.

Equipe de Trabalho/reuniões: (2h em uma das noites da semana) destinado à realização de tarefas específicas ao funcionamento do curso. Estas tarefas foram realizadas de acordo com um Plano de Trabalho que foi elaborado na primeira reunião da equipe. Vale lembrar que nesse momento foram destinados também para as reuniões da coordenação da turma.

Estudo: destinado a atividades de estudo realizadas em grupos ou individualmente pelos estudantes. Estas atividades poderiam ser de leitura, pesquisa, seminários, oficinas ou outras atividades, conforme programação da turma.

Núcleo de Base: (2h) destinado ao encontro dos membros de cada NB para atividades relacionadas ao processo organizativo. Era previsto um encontro semanal, a noite. Outros encontros iam acontecendo em função de necessidades da turma ou de cada NB.

Atividades Físicas-esporte (2 a 3h) uma vez por semana (sábado) foi destinado ao trabalho corporal através de exercícios físicos diversificados que apontassem especialmente o relaxamento muscular, a correção de postura física e o aprendizado de movimentos sincronizados e de jogos cooperativos. – Orientou-se e foi complementado que este tempo fosse usado por outros

momentos de iniciativa pessoal ou de grupos para atividades físicas e que fossem organizadas atividades esportivas especialmente nos finais de semana.

Atividade Cultural: momento semanal, a noite, destinado ao cultivo, à socialização, à reflexão sobre expressões culturais diversas e à valorização da cultura dos companheir@s envolvid@s no processo educativo. Momento também de celebração de fatos ou datas significativas para os movimentos sociais presentes.

Circulo de Debates: Eram sempre aos sábados pela manhã dedicado a debates sobre questões históricas ligado a classe trabalhadora, como também a temas da atualidades que fossem relevantes e que não eram contemplados no curso.

Atividades do Tempo Comunidade (TC)

- O TC foi desenvolvido nos locais de origem ou de trabalho de cada educando/educanda, e incluiu atividades específicas de inserção na organicidade das organizações ou dos Movimentos Sociais envolvidos nesta Turma.
- O detalhamento e a orientação das tarefas ou atividades para o TC foram feitos pela Coordenação Política Pedagógica – CPP em conjunto com a Coordenação do Curso pela Escola de Serviço Social da UFRJ na semana final do TE.

2. MINHA TRAJETORIA: DO MST AO PRONERA DA ESS

Para descrever a minha trajetória de militante até a ESS, é necessário considerar a minha infância, porque sou filha de agricultores. Nasci em 1981 em uma comunidade rural organizada em torno de um núcleo familiar regido por laços familiares e religiosos, a organização social e política do grupo era decidida pelo pai de santo do terreiro, entorno do qual estava organizada a comunidade, ele dividia as terras e decidia quem permanecia nela, também resolvia qualquer discórdia entre os moradores além de atender os casos de doenças.

A festa de santo mobilizava toda a comunidade onde todos contribuíam com alimentos e animais para os festejos que durava uma semana, várias comunidades vizinhas vinham participar. A produção era destinada à subsistência e o excedente era vendido na feira para comprar o que não era produzido no estabelecimento.

O principal produto cultivado era a mandioca, os subprodutos farinha, goma e o beiju eram responsabilidade das mulheres, atividade que reunia todo o núcleo familiar para realizar a farinhada, as mulheres e crianças do núcleo passavam vários dias na casa de farinha descascando mandioca, ralando, torrando farinha e fazendo os beijus que eram consumidos no café da manhã, depois de tudo pronto era dividido para as famílias e o excedente destinado ao comércio.

O chefe religioso da comunidade morreu e a terra que era comum foi dividida entre os herdeiros, como meu pai era agregado ficou sem terra para reproduzir a existência familiar. Minha família foi obrigada a migrar para a região do cacau, fomos morar em uma fazenda de cacau, nessa fazenda meu pai trabalhou como assalariado rural sem carteira assinada, a

organização social da família dos trabalhadores era concentrada na sede, da fazenda onde estava centralizada as moradias, a igreja e a escola, quando o patrão não estava presente todas as decisões eram tomadas pelo “o empregado” assim era reconhecido uma espécie de administrador.

Era proibido plantar qualquer tipo de cultivo o fazendeiro acreditava que assim impedia os trabalhadores de criar laços com a terra, pois pretendia anular prova concreta de uso da terra para qualquer ação jurídica pelo uso capião.

Cresci em um ambiente ouvindo meu pai falar sobre o sonho de possuir um pedaço de terra, nos anos 80 meu pai foi participar de uma ocupação de terra organizada pela Comissão Pastoral da Terra – CPT que organizava a ação pastoral no sentido de uma ação social e política a favor dos direitos dos trabalhadores rurais, a polícia realizou despejo na área e meu pai foi espancado pela polícia, isso fez com ele desistisse. Mas o sonho pela terra continuou latente.

Apesar de meus pais não saberem ler nem escrever, estudar, para eles, era prioridade.

Meu ingresso no MST, foi no ano de 1998. Na verdade eu não sabia como funcionava nem do ponto de vista político, nem organizativo, nem demais impressões que vejo hoje! Minha irmã já militava, então, por influência dela acabei participando. Desde então conheci pessoas, normas, regimentos, dificuldades, relacionamentos, conflitos e eu nem sabia o porquê que estava ali e quais razões me motivavam. Em 2002 fui indicada para o Curso de Técnico em Agropecuária em Bananeiras na Paraíba. É importante ressaltar que essa foi uma conquista do 1º Eneer- Encontro dos Educadores e Educadoras da Reforma Agraria realizado em Brasília em 2002.

Os anos foram se passando, aprendi logo a cantar o ano o hino, pois viviam mim dizendo” militante tem que saber a letra do hino” pois bem

aprendi, eu sentia que a minha irmã me empurrava muito para eu exercer e se comprometer com algumas tarefas, para não decepcionar eu ia, minha mãe não ficou satisfeita, pois eu era muito nova, mas eu continuei seguindo a minha irmã e o MST, o tempo foi passando e eu percebi, que eu tinha virado uma espécie de uma segunda Linda (minha irmã) porque? Parecia que eu não tinha personalidade as pessoas viviam mim comparando sempre com ela e diziam” a

Linda não está aqui, mas tem uma metade dela” meu deus era terrível, mas...! A minha irmã era referência em fazer mística, era por isso as comparações, e eu adorava pensar e apresentar mística, pois no MST, hoje a mística é vista como uma punição ou obrigação, é o que eu penso. Desde então em 2006 participei da marcha brasil dos cem mil, Goiânia- Brasília, nesse período já foi tudo muito diferente: estava por dentro da pauta, estava na mística e responsável por um grupo de estudos e participava de algumas reuniões para encaminhamentos mais práticos. Ali sim, não mim sentir sem personalidade ou metade da minha irmã. No período da marcha recebi a notícia do desencarne do meu pai, não fiquei muito mal, pois na noite anterior sonhei com o desencarne dele. Mas seguimos em marcha! No caminho em marcha recebíamos apoio, mas também muitas agressões verbais do tipo: prostitutas, vagabundos vão trabalhar. Quando chegamos no Mané Garrincha, se via de tudo: povo cansado, cantando, chorando, com fome, as crianças pareciam estar no quintal de casa. No termino da marcha cumprir meu papel agora consciente é claro, e voltamos pra casa.

Nesse mesmo período mim mandaram para Corumbau uma área de assentamento no extremo sul do estado da Bahia, lá funcionava uma brigada de militantes, que faziam trabalho de formação nas áreas, trabalhava no campo e estudava, depois fomos deslocados para Itamaraju também extremo sul, lá ficamos muito tempo, tipo dois ou três anos, lá ficamos responsáveis de fazer e eleger um candidato a prefeito da cidade o qual nos apoiava, até com uma ajuda de custo, mim lembro que era um valor de 60\$, meu deus, pra nós era um dinheirão, nós morávamos em barracos de lona, num local onde funcionava uma creche do próprio candidato a

prefeito, resumindo: a campanha foi quentíssima, e nossa contribuição na campanha se destacou tanto a ponto do adversário mandar queimar todos os nossos barracos, foi quando o prefeito perdeu e fomos embora e todos nós nos espalhamos. É importante dizer que sair de lá namorando o motorista do prefeito, ele me acompanhou e virou sem-terra, triste sorte a minha, foi uma relação onde sofri muito, pois sofria violência doméstica todos os dias, tive uma filha dessa relação e durante os cinco anos, percebi que não dava mais, foi quando fugi com a minha filha, para o Pará, onde minha irmã já morava, lá morei por 8 anos, acampeei, desapropriou a área e mim tornei uma assentada, mas faltava o mais importante: minha família. Mas fui levando, minha filha já estava morando com o pai, pois as condições no tempo de acampamento eram doloridas, resolvi manda-la, foi onde mim vir só e fraca. Mas segui em luta, pois achava que ainda poderia mim encontrar naquele lugar.

Em janeiro de 2011, no Assentamento Paulo Fontelles recebi a notícia do curso de Serviço Social no Rio de Janeiro. Foi tudo muito rápido: tinha que viajar no mesmo dia, e não tinha nada arrumado, no essencial o dinheiro da passagem de avião, foi quando tudo começou.

Conseguir chegar no Rio de Janeiro e de cara mim assustei com tanta gente, barulho e carros, nem sabia para onde ir, eu estava com uma companheira de outra área de assentamento, o endereço estava muito mal explicado, para a gente é claro. Pegamos um taxi procuramos o CENAN-Centro de Acolhida Missionária Assunção, enfim chegamos no alojamento, no dia seguinte fomos a UFRJ, para fazermos a redação, e quem sabe ser aprovada, no mais ao passar pelo portão foi tudo muito estranho pois na minha cabeça veio as palavras do meu pai que diziam: " se eu fosse um homem de dinheiro meus filhos fariam uma universidade, iam ser tudo doutor", pois bem, não fiquei tão deslocada pois ali também estavam meus companheiros de luta, mas os demais e o próprio espaço me diminuíram. Não achava minhas roupas, meus cabelos, meu modo de falar e se comportar de acordo com o ambiente, ficava o tempo inteiro grudada na Ana de BH companheira que devo a oportunidade de estar cursando Serviço

Social, na verdade ela e o Erivan coordenador de nossa turma, pois me incentivaram mesmo de longe a fazer o curso. Ao saber da aprovação na redação começaram as aulas, para mim o começo de tudo estava sendo o fim na verdade, pois as aulas de Filosofia do Professor Marildo Menegat, mim deixaram atordoadas, sem rumo e cheia de interrogações, por exemplo: sobre a existência de “um deus”, sobre a minha própria existência, como assim? Eu estava ali na sala! Esse método de esclarecer e entender respostas, através das próprias dúvidas me deixou simplesmente louca. Mas foi a principal aula que mais mexeu comigo, as demais não foram fáceis, mais conseguir acompanhá-las.

Mas durante o curso na medida que estudávamos ficava assombrada, pois na minha pobre concepção o assistente social era aquele que preenchia questionário, somente, foi quando pensei não quero isso não! Depois compreendi a importância da profissão com a prática militante, que alívio! Mas durante o curso percebi que o MST em si não daria conta de mais um profissional, e aí, como cuidar da vida, pois na militância eu estava mim sentindo ultrapassada e sem valor, pois o conceito de luta e melhoria de vida tinham mudado muito, e mudou por pessoas que até então eu admirava e tinha como linha de raciocínio, foi um desastre, ser usada por pessoas que eu tinha como referência, que enganavam e mentiam para o povo. Foi quando decidi usar de minha formação profissional, para cuidar da minha vida e da minha filha, levando em conta que sou mulher e mãe solteira onde lido com as dificuldades e desafios da vida sozinho, principalmente o desafio de estudar e cuidar de uma filha à distância. Por isso decidi exercer a profissão de cunho político, pois a conquista até então em andamento deve a esse povo. Não tenho mais vontade de militar, tenho a sensação de estar fazendo na frente e outros desmanchando atrás. Sinto saudade do calor sincero do povo, onde era bem recebida e bem tratada, a minha filha depois que cresceu sempre vem mim cobrando mudança expectativa de vida, e sinto que devo respostas a ela e minha mãe, na verdade a classe trabalhadora.

3. PERCEPÇÃO DOS ALUNOS DA ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL SOBRE O IMPACTO DA FORMAÇÃO

A formação dos educandos da ESS, foi gradativa, primeiro o familiarizar-se com o espaço institucional, o acompanhamento das disciplinas, as descobertas de como ser um profissional da luta de classes, a teoria e a prática como conciliar, como ser um Assistente Social combativo, crítico?

Esse processo foi sendo dissolvido a cada etapa, nas aulas, nas eletivas, nos cursos para a obtenção de horas extracurriculares, nos estágios, nas conversas entre militantes de outras organizações e entendemos que no que diz respeito a formação como profissional ou na militância pois essa foi fortalecida com os conteúdos teóricos, que contribuiu categoricamente no processo político e profissional, aperfeiçoando a compreensão da realidade seja ela no conteúdo e na forma, permitindo assim atuar de forma crítica no âmbito da profissão.

O resultado desse impacto está no resultado da pesquisa que mostra que 73,3% querem seguir na militância e serem assistentes social.

3.1 CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS SOBRE O ESTUDO EXPLORATORIO

O presente item trata de apresentar o estudo exploratório, com abordagem quantitativa.

Na etapa de construção, o procedimento eleito para a análise desta pesquisa foi o estudo exploratório buscando proporcionar uma visão global, aproximada, acerca das experiências e percepções dos alunos da turma do PRONERA. Foram participantes deste estudo os alunos do Curso do Serviço Social. Responderam ao questionário 44 alunos de ambos os sexos, de idade compreendida entre 25 e 53 anos.

As pesquisas exploratórias segundo Gil (1999, p.43):

São desenvolvidas com o propósito de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato. Esse tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis.

As técnicas de coleta de dados utilizadas nesta pesquisa foram questionário e a observação não participante. Além de levantamento bibliográfico e revisão de literatura.

Para a realização desta pesquisa foi aplicado um questionário 19 questões abertas e fechadas, especificamente, na aula da Professora Ludmilla, previamente combinamos horários para a aplicação do mesmo, sendo assim, coloquei a importância do questionário, e uma breve orientação de como responder, sem nada ser obrigatório, levando em conta que seria uma contribuição para a conclusão do curso. Sendo assim, foram-me cedidos 30 minutos para a aplicação do questionário, todos os questionários foram entregues na sala de aula, no total de 45 instrumentos aplicados.

Vale ressaltar que a primeira turma de Serviço Social do PRONERA soma-se no total de 54 alunos, mais só 45 responderam alguns estariam viajando em atividades da organização, mas os presentes todos responderam.

Na etapa de aplicação do questionário utilizamos a formulação das perguntas onde evitamos ao máximo as perguntas que influenciasses as respostas dos .

Algumas instruções facilitaram o decorrer do processo de aplicação do questionário como: explicação da natureza do trabalho; assegurar que seria mantido o anonimato dos entrevistados e o sigilo das respostas; indicar que eles poderiam considerar algumas perguntas sem sentido e difícil de

responder, assim sendo será de suma importância para a análise do questionário e seus resultados em nossa pesquisa.

3.2 ANÁLISE, DISCUSSÃO E PERSPECTIVAS, UMA LINHA TÊNUE ENTRE O SABER E O FAZER.

A busca pela área do Serviço Social tem aumentado, um sinal de que, talvez, os brasileiros estejam mais atentos ao cenário sócio-político atual em que se encontra o país e o mundo. O assistente social assume o papel do agente que busca a efetivação de políticas públicas e direitos de cidadania, atuando como articulador e mobilizador nos diversos segmentos (gênero, etnia...) (Marçal e Getúlio, 2011).

Assim, foi realizado um questionário com alunos do curso de Serviço Social da ESS da UFRJ vindos de outros estados e que estão envolvidos com movimentos com o Movimento dos trabalhadores rurais sem Terra (MST) e Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), e o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) a fim de compreender o perfil destes e suas perspectivas em relação ao curso e a profissão de assistente social.

Foram entrevistados 44 alunos, dos quais 28% disseram estar satisfeitos com o curso, pois a proposta sócio-política do curso condiz com o que esperavam. Ainda assim, por volta de 48,88% dos alunos se dizem parcialmente atendidos em relação às suas expectativas do curso.

Destes, alguns veem o curso como demasiado teórico, não havendo uma conexão mais concreta entre o que se é visto em sala de aula e a realidade do assistente social no campo de trabalho. Em relação à profissão, 20% se dizem satisfeitos, destacando-se aqui o reconhecimento do assistente social na militância e movimentos sociais, visto sua importância como articulador e mobilizador. Duas pessoas não responderam. 53,3% acreditam que ainda falta uma aproximação entre o conhecimento teórico e o que se é feito enquanto assistente social e cinco

peças não responderam. Três pessoas disseram não compreender como o profissional se encaixa no cenário sócio-político atual e ainda que o perfil do mesmo parece não se encaixar no perfil buscado por instituições. 33,3% disse ter ingressado na Escola de Serviço Social (ESS) por desejar atuar como assistente social, enquanto 60% não pensava em seguir a profissão.

No entanto, 46,7% mudou de opinião ao longo do curso por, segundo os mesmos, entenderem a importância do assistente social como agente fundamental na busca pelos direitos de cidadania e efetivação das políticas sociais.

Os entrevistados alegaram, ao longo do curso, problemas financeiros (42,2%), divergência política (13,3%), os dois fatores combinados (11,1%), bem como financeiro, político e afetivo (8,9%). Quatro pessoas apresentaram problemas diversos, dentre eles o domínio básico da língua portuguesa e dificuldade para estudar na comunidade.

Além desses fatores, foi questionado se houve mudança na forma de pensar o Movimento no qual os alunos estavam inseridos. 62% dos entrevistados disseram ter mudado sua forma de ver o Movimento do qual fazem parte. 33,3% disse não ter ocorrido mudança na forma de pensar o Movimento.

Para concluir este questionário foi perguntado sobre as expectativas para o futuro. 73,3% disseram pretender seguir na militância e na profissão de assistente social, enquanto 11,1% pretendem apenas seguir na militância. Uma pessoa disse ter intenção de seguir apenas como assistente social vinculado a alguma política pública.

A presença de pessoas vindas dos assentamentos e acampamentos nas universidades e escolas técnicas tem sido observada, por exemplo, em segmentos dirigentes do MST, que desde a década de 90 vem investindo na educação superior de pessoas vinculadas ao movimento (DAL MORO, 2011).

Pode-se dar como exemplo a criação da Escola Nacional Florestan Fernandes, que, segundo DAL MORO (2011), pode ser considerada como uma grande conquista alcançada por um movimento social que tem grande importância na formação política de seu quadro. Tais programas estão fortemente vinculados ao INCRA através do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), que tem importância fundamental para a educação na reforma agrária.

O êxito de experiências como essa e a demanda de ampliação da escolaridade de beneficiados da reforma agrária deu impulso a implementação de novos projetos que abrangem várias áreas do conhecimento. Segundo dados do INCRA, cerca de 48.700 jovens do meio agrário tiveram a oportunidade de ingressar no ensino superior através do PRONERA (DAL MORO, 2011).

É preciso analisar, também, o espaço profissional do assistente social no meio rural e os desafios a serem enfrentados. Segundo MARTINS e STEDILE (1991; 1997 *apud*, ARAÚJO *et al*, 2010), a reforma agrária ainda funciona de modo focalista, avançando em alguns momentos com a pressão de movimentos como o MST e recuando em outros com a pressão dos proprietários de terra, assistidos pelos interesses do agronegócio.

É relevante citar as conquistas dos trabalhadores rurais com a reforma agrária, o que representa a luta contínua por infraestrutura, acesso ao mercado, política agrícola e acesso às políticas sociais (ARAÚJO, 2006). E aqui, mais uma vez, destaca-se a importância do assistente social como mediador na busca por esses fatores.

É importante ressaltar também, que muitos assentamentos já contam com profissionais formados em outras áreas como medicina, pedagogia, técnico agrícola, sendo vários contratados por instituições que atuam no campo (LUKÁCS, SD). Essas conquistas são de fundamental importância para que a luta pelos direitos e acesso às políticas sociais continue.

No entanto, quando partimos para o campo, é possível observar que nem todas as instituições com projetos voltados para a agropecuária e áreas afins apresentavam assistentes sociais em seu quadro de funcionários. Em uma pesquisa feita em instituições públicas e privadas no Ceará, ARAÚJO *et al*, 2006, destaca que algumas instituições apresentavam número de assistentes sociais aquém do ideal e que estes realizavam tarefas não condizentes com a área ou sobrecarregados de trabalho.

Isso pode levar o profissional a não se identificar com a profissão, por não serem contratados com tal e realizarem funções de outras áreas. Ainda nesse trabalho, realizaram entrevistas em assentamentos rurais visando investigar a prática profissional dos assistentes sociais no município de Crateús.

Apesar de os assentamentos comportarem uma população alta, de 2.050 habitantes, não foram observadas políticas sociais que garantissem o acesso à saúde e educação. Destes, apenas dois possuem escola de ensino fundamental e um possui unidade básica de saúde, a qual fica a 16 km de distância de alguns assentamentos.

A presença do assistente social nesses assentamentos foi observada de forma esporádica, centralizada apenas na sede dos municípios. Vemos, explicitamente a importância da presença do assistente social nos assentamentos.

[...] dependem de recursos previstos nos programas e projetos da instituição que o requisita e o contrata, por meio dos quais é exercido o trabalho especializado. Em outros termos, parte dos meios ou recursos materiais financeiros e organizacionais necessários ao exercício desse trabalho são fornecidos pelas entidades empregadoras. Portanto a condição de trabalhador assalariado não só enquadra o assistente social na relação de compra e venda da força de trabalho, mas molda a sua inserção sócio institucional na sociedade brasileira. (IAMAMOTO , 2000, P.63 *aput* ARAÚJO *et al*, 2010).

Porém, segundo Antunes (1999), o encerramento do processo de privatização de instituições públicas, o enxugamento do Estado e a terceirização como fatores necessários para a garantia da reprodução ampliada do capital em tempos de crise. O Estado, então, pôs com alternativa a terceirização dos serviços a fim de satisfazer as demandas dos assentamentos, evidenciando a parceria Estado e sociedade civil através de instituições privadas e ONGs, demonstrando a tendência posta pela política neoliberal (ARAÚJO *et al*, 2010).

Ainda assim, a presença do assistente social se faz imprescindível, e este deverá realizar intervenções que podem se desdobrar em competências, estratégias e procedimentos específicos baseados em pesquisas para a identificação das demandas e reconhecimento das situações de vida da população que irão dar suporte à formulação dos planos de assistência social. Intervenções estas que devem ser realizadas por um profissional especializado. lamamoto diz que:

O assistente social é, portanto, capaz de buscar estratégias condizentes com sua formação, que tornam possível a construção da cidadania e a garantia de acesso a necessidades básicas. No entanto, hoje, esse profissional deve adaptar sua forma de atuação de acordo com a demanda que lhe é colocada, atendendo às necessidades que a sociedade atual vem impondo.

Portanto, pensar o Serviço Social na atualidade requer os olhos abertos para o mundo atual e participar de sua recriação (lamamoto, 2000); é preciso entender e viver a dinâmica contemporânea para que as estratégias corretas sejam tomadas, visando alcançar a plenitude do exercício da profissão.

Faz-se necessário ter uma visão abrangente, buscando uma sintonia entre o Serviço Social e os tempos atuais. Segundo lamamoto: é necessário romper com uma visão endógena, focalista, uma visão "de dentro" do Serviço Social, prisioneira em seus muros internos. Alargar os

horizontes, olhar para mais longe, para o movimento das classes sociais e do Estado em suas relações com a sociedade; não para perder ou diluir as particularidades profissionais, mas, ao contrário, para iluminá-las com maior nitidez. Extrapolar o Serviço Social para melhor apreendê-lo na história da sociedade da qual ele é parte e expressão. (Iamamoto, 2000, p. 20)

É necessário ultrapassar as barreiras do Serviço Social e envolvê-lo na história da sociedade, na qual ele está contido, visando alcançar novas mediações, rever o fazer profissional, para que se possa descobrir novas formas de ação (Iamamoto, 2000).

Segundo Netto (1999), a luta contra a ditadura e a conquista da democracia política possibilitaram o rebatimento, no interior do corpo profissional, da disputa entre projetos societários diferentes, que se confrontavam no movimento das classes sociais.

As aspirações democráticas e populares, irradiadas a partir dos interesses dos trabalhadores, foram incorporadas e até intensificadas pelas vanguardas do Serviço Social. O que levou ao surgimento de projetos societários que iam contra os interesses da classe dominante e divergências de ideias no corpo profissional, fazendo-se necessário reinventar o corpo profissional devido ao aumento quantitativo de membros das novas camadas médias urbanas (Netto, 1999).

Essas mudanças causaram, ao longo dos anos, aumento na produção de conhecimento na área, o que se determina como massa crítica. Conhecimento este que se ampliou com a ruptura do conservadorismo profissional, no qual destacam-se as vertentes críticas inspiradas no Marxismo (Netto, 1999). Essas mudanças causadas pela quebra no conservadorismo levaram à reforma curricular na década de 80 e as discussões seguiram fortemente amparadas pela antiga ABESS.

Esses esforços visavam contribuir para uma formação profissional adequada às condições impostas pelo enfrentamento da “questão social”

(Netto, 1999) evidenciado na ditadura. Assim, coube ao Serviço Social remodelar sua forma de ensino para adequar os profissionais às necessidades impostas pelas mudanças sofridas pela sociedade, surgindo, conseqüentemente novas áreas de intervenção, ampliando a área de atuação do assistente social.

Segundo Netto (1999), versa a seguinte situação, sobre a égide profissional:

Este movimento não se deve unicamente à requalificação da prática profissional (graças à acumulação de massa crítica e ao redimensionamento da formação), mas, também e sobretudo, à conquista de direitos cívicos e sociais que acompanhou a restauração democrática na sociedade brasileira – assim, por exemplo, práticas interventivas com determinadas categorias sociais (crianças, adolescentes, idosos etc.) só se puderam viabilizar institucionalmente porque receberam respaldo jurídico-legal. (Netto, 1999, P. 14)

Por tanto, fez-se necessário essa requalificação do profissional de Serviço Social para uma melhor adequação às exigências resultantes dessa restauração da democracia e esses direitos cívicos e sociais que agora deveriam ser garantidos para a classe trabalhadora. O assistente social aparece, então, como agente fundamental na busca a esses direitos.

O projeto ético-político do Serviço Social teve sua forma básica estruturada entre os as décadas de 80 e 90, daí para cá sofreu alterações, mas sem modificar sua estrutura básica, visando adaptar-se às novas problemáticas e enfrentar os novos desafios emergentes. Então, a dimensão política do projeto é a favor da equidade e da justiça social, na perspectiva do acesso comum a políticas e programas sociais (Netto, 1999, p. 16).

Assim, pensar no Serviço Social na atualidade, nos leva a pensar no compromisso com a população Marçal *et al*,2011), nos desafios a serem enfrentados na garantia desses direitos em uma sociedade que vem sofrendo mudanças em espaços de tempo cada vez mais curtos não só no

Brasil, mas também no resto do mundo. Segundo Iamamoto (2000), o desafio para o assistente social é redescobrir alternativas e possibilidades no cenário atual, buscar formular propostas que façam frente a questão social.

Sobre a conexão entre teoria e prática, Guerra diz:

Ao atribuir às teorias uma autonomia absoluta ante a prática, os agentes sociais perdem de vista a sua particularidade enquanto ser social, a particularidade está localizada nas faculdades subjetivas de que dispõem para superação da facticidade fenomênica posta nas/pelas suas relações sociais. De outro modo, ao se descuidar da causalidade, das determinações universais do movimento histórico, da autonomia relativa da teoria perante a prática, as ações profissionais adquirem um caráter volitivo. (GUERRA, 2002, p.184).

Assim, não se separa a teoria e a prática, ainda que ambos sejam diferentes deve haver uma conexão capaz de promover mudanças. Como resultado, o assistente social aparece como uma profissão fundamental no estabelecimento dessas mudanças, além de manter vivo o projeto ético político, e assim vê na questão social o seu objeto de trabalho (MARÇAL e GETÚLIO, 2011). Ao assumir esse projeto, no entanto, esse profissional vai contra a ordem social atuante, buscando sempre ir contra a corrente, objetivando, pois, a transformação que do contrário não seria possível.

As mudanças no mercado de trabalho afetam de forma significativa as atividades do Serviço Social, pois com a retração das responsabilidades prestadas pelo Estado no campo social afeta as verbas orçamentárias e a prestação de serviços sociais públicos. Isso, por um lado, leva ao que se conhece como “refilantropização social”, na qual corporações econômicas passaram a se preocupar com a questão social, que dá ênfase a programas e projetos seletivos, não garantindo assim a universalidade do acesso (Iamamoto, 2000). Sendo essa filantropia melhor caracterizada como um processo de privatização dos serviços públicos.

A insistência na questão social está no fato de ela ser a matéria-prima do trabalho do assistente social, é nela que se encontra toda a sua plenitude, a simples razão pela qual a profissão existe. A prática profissional está inerentemente conectada à prática da sociedade em seus movimentos e contradições.

A análise dessa prática como trabalho permite mediatizar a interconexão entre o exercício do Serviço Social e a prática da sociedade. Faz-se importante ressaltar que o assistente social não atua sozinho, mas sim em conjunto com diversos profissionais, o que não ofusca a sua importância em cumprir o papel de agente de mudança e frente a uma sociedade separada por desigualdades e que acaba por servir como propulsor para o seu envolvimento nos movimentos da sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Realizar esta pesquisa monográfica foi fundamental para compreendermos o universo da profissão do Assistente Social sob a perspectiva da reflexão crítica a história e os processos que se torna um desafio interessante e sem dúvida muito relevante pesquisar sobre o universo de reciprocidade que envolve a formação do Assistente Social, para conseguirmos estabelecer uma relação com o outro de compaixão e respeito.

Nesse sentido, verificamos que as famílias brasileiras têm passado por um momento delicado na busca do sustento essa questão influi no processo de aquisição do conhecimento do sujeito deixando-o a margem do processo dinâmico do aprender, essas condições em caráter favorável podem desencadear numa ruptura de obstáculos à medida que acreditamos que iniciativas como a produção e execução.

O fato é que a sociedade e os poder público precisam entender a importância de prover melhor a educação seja no campo ou na cidade. Para tanto, é necessário lutar para reverter este quadro, reivindicar melhorias no ensino, exigir a criação de políticas públicas para atender as demandas existentes, ou seja, exigir a implantação de melhorias para homens e mulheres, trabalhadores e trabalhadoras.

Para que ocorram mudanças no ensino é preciso que haja vontade política e manter firme nossas várias formas de reivindicação seja ela: marchando, ocupando, conscientizando, ou se preciso irmos para o embate. No intuito de se conquistar e efetivar novas medidas socioeducativas aniquilando os privilégios aos poucos!

Sabemos que o conhecimento transforma a relação do sujeito com o meio, objetos e pessoas, através das vivências e estímulos de forma ativa e

contínua. Assim vão se desenvolvendo suas estruturas de inteligência, através da percepção, da construção de hipóteses e das descobertas. Além de ampliar a noção crítica do seu contexto social, cultural e educacional, para garantir que sejam formados cidadãos conscientes, críticos e sabedores da nossa história, cultura e legado literário.

Neste contexto, faz-se necessário ressaltar a importância do profissional de Serviço Social, para conduzir e levar a cabo iniciativas com estas, com vistas a ocupar a vida de crianças e adolescentes que estão em situação de vulnerabilidade social, fazendo com que estes sujeitos sejam autônomos e não renegados de um direito que é a plenitude à vida.

Cada pessoa na construção do conhecimento deve fazer a sua parte, desenvolver múltiplas habilidades, compartilhar o conhecimento, adicionar e dividir responsabilidade, construir com o grupo, melhorando o ambiente onde se vive, crescendo como pessoa.

O conhecimento não deve se basear no acúmulo de informações, mas sim numa elaboração mental que se deve traduzir em forma de ação transformadora sobre mundo, pois no ambiente escolar, o conhecimento será construído a partir da interação professor-aluno e objeto do conhecimento fazendo com que o aluno compreenda, usufrua e transforme a realidade. Nesta construção o aluno será estimulado a desenvolver seu próprio potencial interagindo de maneira consciente com o processo de aprendizagem convencional. Nesse sentido toda a ação de intervenção tem que ser contextualizada, pois a finalidade é sempre de possibilitar um conforto e amparo a quem necessita.

Por isso o Assistente Social deve atentar para valores tais como, a persistência a conscientização e o estímulo à luta, garantindo assim, nem que seja na marra o direito à vida.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- ARAÚJO *et al.* Assistentes Sociais no Meio Rural: análise das condições de trabalho na contemporaneidade. Ceará, 2010
- ARAÚJO, L.B.C. Sociabilidade no Assentamento rural de Santana-Ce: terra e trabalho na construção do ser social. Tese (Doutorado) UFC, FAGED, Fortaleza, 2006.
- ARROYO, M. G. Por um Tratamento Público da Educação do Campo. In: Contribuições para a construção de um Projeto de Educação do Campo. Brasília: NEAD, 2004.
- CALDART, R. S. Sobre Educação do Campo. In: Campo, Política Pública e Educação. Brasília: NEAD, 2008.
- IAMAMOTO, Marilda Villela O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional! Marilda Villela Iamamoto. - 3. ed. - São Paulo, Cortez, 2000.
- IPEA. II PNERA – Relatório da II Pesquisa Nacional sobre a Educação na Reforma Agrária. Brasília DF: Livraria IPEA, 2015.
- LEITE, S; HEREDIA, B. Impactos dos assentamentos – Um estudo sobre o meio rural brasileiro. Brasília: Editora UNESP, 2004.
- LUKÁCS, G. História e consciência de classe: estudos sobre a dialética Marxista. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- MARÇAL, R. B. G. Getúlio, V. A. Os avanços e desafios do serviço social na contemporaneidade e a importância da instrumentalidade no exercício da prática profissional. Rev. Triang.: Ens. Pesq. Ext. Uberaba – MG, n. esp.dez., p. 75-87, 2011.
- MOLINA, C. M; JESUS, S. M. S. A. Contribuições do PRONERA à Educação do Campo no Brasil: Reflexões a partir da tríade: Campo – Política

Pública – Educação. In: Memória e História do PRONERA. Brasília DF: Ministério do desenvolvimento Agrário, 2010.

NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político do serviço social. Brasília, CFESS, 1999.

NOZAWA *et al.* A importância do assistente social nos projetos sociais e na educação - uma breve análise da experiência do projeto de graus criança.

PALUDO, C. Educação Popular em busca de Alternativas – Uma leitura desde o campo democrático e popular. Porto Alegre. Tomo Editorial. 2001.

PROMETE- Projeto Metodológico- Documento elaborado coletivamente, de acordo com as formas organizacionais do MST, que se refere ao Curso de Serviço Social na UFRJ no ano de 2011 a 2015.